



Universidade de Aveiro Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Aveiro

Ano 2013

**Palmira Cristina
Silva Rodrigues**

**Cumprimento dos requisitos de divulgação dos
benefícios dos empregados**



Universidade de Aveiro

Ano 2013

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Aveiro

**Palmira Cristina
Silva Rodrigues**

**Cumprimento dos requisitos de divulgação
dos benefícios dos empregados**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade - Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e da coorientação da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

À minha filha Margarida

O júri

Presidente

Professor Doutor João Francisco Carvalho de Sousa

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

Mestre António Rodrigues Neto

Professor Aposentado Universidade de Aveiro

Orientadora

Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Os meus agradecimentos às orientadoras desta dissertação, Doutora Augusta Ferreira e Doutora Graça Azevedo, pelo incentivo dado durante todo o trabalho e pela pronta disponibilidade que sempre me dispensaram na realização deste estudo.

À minha filha que durante este percurso não teve a presença da mãe em muitos momentos do seu dia-a-dia, mas sempre compreendeu e me mimou nos momentos de desânimo. Foi nela que encontrei as forças para não desistir deste projeto pessoal.

A todos os meus familiares que, de alguma forma, estiveram presentes e que, muitas vezes se viram privados da minha presença e companhia regulares, mostrando sempre uma importante compreensão e apoio.

Palavras-chave

Benefícios dos empregados; Cumprimento dos requisitos de divulgação do Índice de divulgação

Resumo

A implementação do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e consequentemente, a aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em todas as empresas, veio estabelecer um nível mais exigente de cumprimento dos requisitos de divulgação de informação no relato da informação financeira.

A presente dissertação tem por objetivo analisar o cumprimento dos requisitos de divulgação dos benefícios dos empregados – Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 28 nos anos de 2010 e 2011.

Nesse sentido foi efetuado um estudo descritivo usando a técnica de análise de conteúdo para analisar a aplicação e evolução da divulgação de informação acerca dos benefícios dos empregados, nomeadamente de informação divulgada nos relatórios de contas nos anos de 2010 e 2011, de forma a construir o índice de divulgação para cada uma das empresas da amostra e por setores de atividade.

A nossa amostra foi constituída por 49 empresas pertencentes ao *ranking* da Revista EXAME “500 Maiores & Melhores” de 2010.

Da análise efetuada, concluiu-se que a divulgação de informação sobre benefício dos empregados aumentou de forma não muito significativa de 2010 para 2011, mas denota uma maior preocupação por parte das empresas e, consequentemente, impacto desta temática no âmbito do relato financeiro.

Keywords

employee benefits, compliance with the disclosure of information

Abstract

The implementation of the Accounting Standard System and consequently the setting up of the Finance Report Accounting Standards in the enterprises in general, led to an increasing level of accomplishment of the requirements for the information disclosure in the information reporting.

The purpose of the present master's degree dissertation is to analyze the accomplishment of the disclosure requirements of the workers benefits - Accounting Standard of the Finance Reporting 28 (NCRF 28) during the years of 2010 and 2011.

In that sense, a descriptive study was performed using the contents analysis method, in order to observe the application and evolution of the information disclosure in respect of the workers benefits, namely the information included the reports of accounts in the years of 2010 and 2011, for each one of the companies of the sample, by range of activity.

Our sample was built by 49 companies belonging to ranking of "Exame 500 Bigger and Best" of 2010.

The conclusion of the performed study is that the improvement of the information disclosure about workers benefits between 2010 and 2011 was not very significant, but the companies are showing to be more concerned about it and consequently there is an increasing impact of this subject within the finance reporting.

Índice

Resumo.....	vi
Abstract	vii
Lista de Quadros	x
Lista de Gráficos.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. Enquadramento geral.....	1
2. Motivações e objetivos	1
3. Estrutura da dissertação	2
I – REVISÃO DE LITERATURA	3
1. Enquadramento Normativo.....	3
1.1. Processo de harmonização e evolução contabilística.....	3
1.2. Harmonização Contabilística da União Europeia	3
1.3. Harmonização Contabilística em Portugal	5
1.4. A normalização contabilística no âmbito dos benefícios dos empregados	6
1.5. NCRF 28 - Benefícios dos Empregados	6
2. Estado da Arte.....	13
II – ESTUDO EMPÍRICO	25
1. Desenho da Investigação	25
1.1. Objetivo do estudo.....	25
1.2. Definição da amostra	25
1.3. Metodologia	28
Por forma a atingir os objetivos a que nos propomos, inicialmente elaboramos um mapa das divulgações de informação exigidas pela NCRF 28 – benefícios dos empregados conforme o Quadro 4 - Índice das divulgações em percentagem nos anos 2010 e 2011 apresentado no ponto 2 deste capítulo.....	28
2. Resultados.....	30
CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	40
BIBLIOGRAFIA	42

Lista de Abreviaturas

CESR - *Committee of European Securities Regulators*

CI - Capital Intelectual

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

DC - Diretriz Contabilística

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

IAS - *International Accounting Standard*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IFRIC - *International Financial Reporting Interpretations Committee*

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NIC - Norma Internacional de Contabilidade

POC - Plano Oficial de Contabilidade

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

Lista de Quadros

Quadro 1 – Determinação da amostra	26
Quadro 2 – Empresas que compõem a amostra.....	27
Quadro 3 – Setores de atividade e frequência	27
Quadro 4 – Índice das divulgações em percentagem nos anos 2010 e 2011.....	30
Quadro 5 – Índice das divulgações exigidas pela NCRF 28 – Benefícios dos empregados por setores de atividade para os anos 2010 e 2011	45
Quadro 6 – Índice geral de divulgação por setores de atividade referente aos anos 2010 e 2011.....	38

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da amostra por setores de atividade	27
Gráfico 2 – Analise do índice de divulgação por setores de atividade.....	39

INTRODUÇÃO

A divulgação da informação por parte das organizações nos relatos financeiros constitui uma das formas de comunicação mais importantes de que os gestores dispõem na relação com os investidores e *stakeholders* em geral.

Após a implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em 1 de Janeiro de 2010, passou a ser exigido às empresas o cumprimento dos requisitos de divulgação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCFR).

Neste contexto, o estudo do cumprimento dos requisitos de divulgação, em geral, e dos Benefícios dos Empregados de acordo com NCFR 28, em particular, é de grande importância para um maior conhecimento sobre a sua aplicação e evolução nos dois primeiros anos de implementação.

1. Enquadramento geral

A nível internacional no que diz respeito à contabilidade e ao relato financeiro relacionados com os benefícios dos empregados, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu a *Internacional Accounting Standard* (IAS) 19 – Benefícios dos Empregados e a IAS 26 – Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma. Em Portugal, a Diretriz Contabilística (DC) 19 – Benefícios de Reforma contemplava as matérias que hoje são tratadas pela NCFR 28 – Benefícios dos Empregados que prescreve o tratamento contabilístico dos benefícios dos empregados, tendo entrado em vigor com o SNC, em 1 de Janeiro de 2010.

2. Motivações e objetivos

A motivação para a escolha deste tema está relacionada com a sua importância e atualidade. Pela pesquisa efetuada a estudos elaborados recentemente não foi encontrada investigação que focasse o cumprimento dos requisitos de divulgação de informação dos benefícios dos empregados após adoção do SNC, o que estimula o interesse deste trabalho.

O objetivo principal deste estudo é calcular e analisar a evolução do índice de divulgação de informação sobre os benefícios dos empregados conforme a NCRF 28, nos anos de 2010 e 2011, nas 49 empresas que constituem a amostra e que integram o *ranking* da EXAME “500 Maiores & Melhores” referentes ao ano de 2010 com informação financeira disponível *on-line*.

3. Estrutura da dissertação

Para além da introdução, a presente dissertação encontra-se estruturada em dois capítulos, seguida da conclusão.

No primeiro capítulo, numa primeira parte, apresentamos uma breve evolução histórica sobre o enquadramento normativo, em geral sobre a evolução histórica a nível europeu e nacional, no sentido da criação de um sistema contabilístico comum. Seguidamente efetuamos o enquadramento normativo no âmbito específico dos benefícios dos empregados. Na segunda parte apresentamos um conjunto de estudos que abordaram a divulgação da informação financeira, a nível internacional e nacional.

No segundo capítulo, numa primeira parte descrevemos o desenho da investigação que compreende, especificamente, os objetivos do estudo, a definição da amostra e a metodologia adotada. Na segunda parte apresentamos os resultados obtidos.

Por último, apresentamos as principais conclusões do estudo realizado, as limitações e sugestões para possíveis desenvolvimentos futuros.

I – REVISÃO DE LITERATURA

1. Enquadramento Normativo

1.1. Processo de harmonização e evolução contabilística

Nas últimas décadas temos assistido a um desenvolvimento em grande escala da economia mundial. A globalização e a abertura de fronteiras ao comércio externo contribuíram para o aumento das transações comerciais e financeiras. O processo de globalização é proporcionado pelo crescente avanço tecnológico que facilita a troca de informações detalhadas e atempadas num curto espaço de tempo, o que proporciona realização de intercâmbios e realização de transações comerciais em tempo real. Esta globalização levantou questões pertinentes acerca da informação financeira divulgada pelas empresas. Uma informação económica e financeira fiável e transparente é um elemento essencial para um mercado de capitais integrado e eficiente. A diversidade dos princípios e das regras contabilísticas que compõem a informação financeira das empresas, exigidas pela sua presença nas bolsas de valores internacionais, impossibilita a comparabilidade entre empresas de países diferentes (Duarte, *et al.* 2003).

O IASB, procedeu à normalização das práticas contabilísticas, com vista à harmonização da informação financeira, com o objetivo de desenvolver um conjunto de normas internacionais de contabilidade - as *International Accounting Standard/ International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) - para melhorar a qualidade, a comparabilidade e a clareza da informação financeira.

1.2. Harmonização Contabilística da União Europeia

Na União Europeia foram desenvolvidas iniciativas com vista a diminuir a diversidade da legislação fiscal, laboral e comercial dos seus estados membros, sendo estes os principais objetivos para a criação de um Mercado Comum, que culminaria numa União Económica e Monetária. Este projeto incluiu também a informação contabilística que as sociedades deveriam divulgar a terceiros (Rodrigues, *et al.* 2004).

O processo de harmonização contabilística da União Europeia pode ser identificado em três fases. Numa primeira fase, até 1990, a União Europeia desenvolveu os primeiros

esforços no sentido de harmonizar a legislação dos diferentes estados membros, de forma a melhorar a comparabilidade das demonstrações financeiras, utilizando para o efeito o direito comunitário das sociedades sob a forma de diretivas comunitárias (Pinheiro 2007). Desta forma, esta primeira fase, é caracterizada pela aprovação e implementação de diretivas comunitárias que obrigam todos os estados membros quanto aos resultados a alcançar e estabelecem mínimos comuns ao direito contabilístico europeu, são assim elementos que devem adaptar-se a ser transpostos para as legislações nacionais dos estados membros, a quem cabe a promoção dos instrumentos legislativos e regulamentares necessários para adequar a sua legislação aos mínimos impostos pelo normativo comunitário (Morais e Lourenço, 2005).

Das diretivas emitidas com o objetivo de harmonizar as práticas contabilísticas destacam-se: quarta diretiva (78/660/CEE) de 25 de julho de 1978, sétima diretiva (83/349/CEE) de 13 de junho de 1983, oitava diretiva (84/253/CEE) de 10 de abril de 1984, diretiva 86/635/CEE de 8 de dezembro de 1986 e diretiva 91/674/CEE de 19 de dezembro de 1991.

Numa segunda fase, de 1990 a 1995, a União Europeia não procedeu a qualquer desenvolvimento neste assunto, dando lugar a uma reflexão sobre o grau de comparabilidade alcançado com a emissão das diretivas. A União Europeia emite um comunicado (CEC, 1995) “Harmonização Contabilística: uma nova estratégia na direção da harmonização internacional” que marcou o início de uma nova era no processo harmonizador.

A terceira fase, após 1995, consistiu em harmonizar, para as contas consolidadas, as normas comunitárias e as normas de cada país, com as normas internacionais de contabilidade. Isto é, tomar como base de referência as soluções do IASB, com vista a assegurar que, as demonstrações financeiras emitidas por empresas da União Europeia sejam comparáveis e possam ser aceites, sem modificações, em outros países.

Em 2000, foi divulgada a estratégia de harmonização na Comunicação intitulada “A estratégia da União Europeia para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas” (CEE, 2000b), que culminou com a publicação do regulamento n.º 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 (CCE, 2002). Este regulamento, enquanto instrumento jurídico, prevaleceu sobre as leis nacionais e tem aplicação geral e direta, sendo um instrumento legal com carácter

vinculativo, logo, de rápida implementação nos estados membros. Este regulamento tinha como objetivo principal garantir um elevado grau de transparência e de comparabilidade das Demonstrações Financeiras na União Europeia, sendo as NIC e interpretações emitidas pelo IASB o meio de atingir o objetivo.

O Regulamento n.º 1606/2002/CE exigiu, que todas as sociedades cujos valores mobiliários estivessem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado membro passassem a preparar as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir de 1 de janeiro de 2005, de acordo com as normas do IASB, aprovadas pela Comissão da União Europeia, tendo os Estados Membros a opção de alargar esta exigência às sociedades sem valores admitidos à negociação e à preparação de demonstrações financeiras individuais.

1.3. Harmonização Contabilística em Portugal

De acordo com Gomes (2010) o normativo contabilístico português não tem muitas décadas e pode subdividir-se em três períodos distintos.

O primeiro, de 1974 a 1988, com a criação de uma comissão de estudos para tratar da normalização contabilística do país e, posteriormente, publicação do Plano Oficial de Contabilidade (POC) e a criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

O segundo, de 1989 a 2004, foi um período caracterizado pela convergência e ajustamento do normativo contabilístico português com a quarta e sétima Diretivas do Conselho, assim como pela emissão das Diretrizes Contabilísticas pela CNC.

Finalmente, no terceiro período, de 2005 a 2010, podemos identificar dois momentos marcantes: o ano de 2005, com obrigatoriedade da aplicação das normas do IASB, pelas empresas com valores admitidos à negociação conforme Regulamento n.º1606/2002 da União Europeia. O ano de 2010 com obrigatoriedade de aplicação das normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), para as entidades referidas no Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho.

1.4. A normalização contabilística no âmbito dos benefícios dos empregados

O IASB emitiu a IAS 19 – Benefícios dos Empregados, cujo objetivo era o de prescrever a contabilização e divulgação dos benefícios dos empregados, e a IAS 26 – Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma, sendo o seu principal objetivo especificar os princípios de divulgação acerca dos planos de benefícios de reforma.

Em 2007, o *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) publicou uma nova interpretação da IAS 19, intitulada IFRIC 14 - “O limite sobre um ativo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respetiva Interação”. Esta norma interpretativa veio clarificar as disposições da IAS 19 no que respeita à mensuração de um ativo de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo (Regulamento nº1263, 2008: L338/25).

Em Portugal, a Diretriz Contabilística (DC) nº19 – Benefícios de Reforma (1997) foi a primeira norma sobre este assunto, que já contemplava algumas das matérias que são tratadas na atual NCRF 28 – Benefícios dos empregados (2009) que tem por base a norma internacional de contabilidade IAS 19 – Benefícios dos Empregados (2008).

1.5. NCRF 28 - Benefícios dos Empregados

A NCRF 28 – Benefícios dos Empregados tem por base a IAS 19 - Benefícios dos Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro. Sempre que na presente norma existam remissões para as normas internacionais de contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e, em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

O objetivo desta NCRF é o de prescrever a contabilização e a divulgação dos benefícios dos empregados. A norma requer que uma entidade reconheça (NCRF 28, §1):

- **um passivo** quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro;

- **um gasto** quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

Esta norma prescreve o tratamento para (NCRF 28, §4):

- **benefícios dos empregados a curto prazo:** salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de 12 meses do final do período) e benefícios não monetários (como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens e serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes;
- **benefícios pós-emprego:** pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego. Os gastos com os benefícios dos empregados pós-emprego abrangem dois tipos de planos: planos de benefícios definidos ou planos de contribuição definida dependendo da substância económica do plano que resulta dos seus principais termos e condições:

- Planos de contribuição definida

De acordo com a definição da norma, os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós emprego, pelos quais uma entidade paga contribuições fixadas a uma entidade separada, e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados, relativos ao serviço destes no período corrente e em períodos anteriores. Assim, a responsabilidade da entidade resume-se ao pagamento do prémio acordado com a seguradora ou fundo, e fica limitada ao valor destas contribuições. Os riscos associados ao fundo, relacionados com questões atuariais ou de investimento, recaem no empregado, uma vez que os montantes a receber dependem dos ativos disponíveis no fundo (NCRF 28, §8).

○ Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefícios definidos a entidade define e estabelece quais os benefícios que pretende atribuir aos empregados, e assume a responsabilidade de que estes usufruam desses benefícios na reforma. O que fica acordado entre a entidade e o trabalhador, é o benefício que este usufrui, e não o montante a pagar pela entidade pelo benefício atribuído aos empregados. Este montante depende de estudos complexos e específicos, e cálculos que poderão ser efetuados por atuários. Estes cálculos incluem vários fatores de incerteza e pressupostos, designados como pressupostos atuariais (NCRF 28, §8).

- **outros benefícios de longo prazo dos empregados:** incluem licenças de longo serviço ou licença sabática, jubileu ou outros benefícios de longo prazo, benefícios de invalidez de longo prazo e, se não forem pagáveis completamente dentro dos 12 meses após o final do período, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas;
- **benefícios de cessação de emprego:** a cessação da relação laboral, poderá dar origem ao direito a uma compensação a pagar ao empregado.
- **benefícios de remunerações em capital próprio:** estes benefícios podem estar subordinados a planos de remuneração em capital próprio, que são acordos formais ou informais pelos quais uma entidade proporciona benefícios de remuneração em capital próprio para um ou mais empregados.

A presente dissertação incide sobre a análise do grau de cumprimento dos requisitos de divulgação dos Benefícios dos Empregados – NCRF 28, logo analisamos em profundidade as exigências de divulgação da NCRF 28.

Relacionada com a divulgação da informação temos a NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras que, conforme portaria 986/2009, define e informa como apresentar e divulgar no Balanço, na Demonstração dos Resultados e no Anexo a

informação financeira, por forma a garantir uma melhor compreensão do desempenho da empresa.

De acordo com a NCRF 28 as entidades devem proceder às seguintes divulgações:

- **divulgação de benefícios a curto prazo de empregados**, não existe divulgação específica, é só de referir que a informação sobre a distribuição dos resultados por gratificações a pagar aos empregados deverá constar no relatório de gestão (NCRF 28, §56);
- **divulgação de benefícios pós-emprego**: planos de benefícios definidos as entidades que necessitem de efetuar a contabilização deste tipo de planos, devem seguir o previsto na IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) nº1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro (NCRF 28 §41). De acordo com a IAS 19, uma entidade deve ainda divulgar a seguinte informação (IAS 19, § 48-125):
 - a política contabilística da entidade usada para reconhecer ganhos e perdas atuariais;
 - descrição geral do tipo de plano de benefícios;
 - reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos, incluindo o custo do serviço corrente, o custo dos juros, as contribuições efetuadas pelos participantes do plano, os ganhos e as perdas atuariais, os benefícios pagos, o custo dos serviços passados e, ainda, os cortes e as liquidações;
 - análise da obrigação de benefícios definidos por quantias resultantes de planos que estão totalmente sem fundo e por quantias resultantes de planos que estão total ou parcialmente com fundo constituído;
 - reconciliação que apresente o justo valor dos ativos do plano, identificando o retorno esperado dos ativos do plano, os ganhos e as perdas atuarias, as contribuições efetuadas pela entidade e pelos participantes do plano, os benefícios pagos e as liquidações;
 - reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios e do justo valor dos ativos do plano com os ativos e passivos reconhecidos no balanço;

- o gasto total reconhecido na demonstração de resultados de cada um dos elementos incluindo no plano de benefícios definido, nomeadamente o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o retorno esperado dos ativos do plano, os ganhos e as perdas atuariais, o custo do serviço passado e o efeito de cortes e liquidações, entre outros;
 - o valor total reconhecido em outro rendimento integral inerente a ganhos e perdas atuarias e ao efeito do limite do ativo,
 - o valor acumulado dos ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral, nos casos em que a entidade reconheça esses ganhos e perdas atuariais em outro rendimento atuarial;
 - a percentagem ou quantia de cada categoria principal, constituindo o justo valor do total dos ativos do plano,
 - a discriminação das quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano;
 - descrição narrativa da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos ativos;
 - o retorno real dos ativos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido;
 - os principais pressupostos atuariais usados à data do balanço em termos absolutos;
 - as quantias do período anual corrente e dos quatro períodos anteriores do valor da obrigação de benefícios definidos, do justo valor dos ativos do plano ao excedente ou défice do plano e ainda relativas às estimativas;
 - a estimativa da entidade que tenha sido razoavelmente calculada e que inclua o valor das contribuições que se esperam que sejam pagas ao plano durante o período anual que se inicia após a data do balanço;
 - quando uma entidade tenha mais do que um plano de benefícios definidos, podem ser feitas divulgações em total, separadamente para cada plano, ou agrupadas;
- **divulgação de benefícios pós-emprego: planos de contribuição definida** a entidade deve divulgar (NCRF 28, §§57 e 58):
- a quantia reconhecida como um gasto no que respeita a planos de contribuição definida;

- sempre que exigido pela NCRF 5 – Partes Relacionadas uma entidade deve divulgar informação acerca de contribuições para planos de contribuição definida relativamente ao principal pessoal de gerência;
- **divulgação de outros benefícios a longo prazo:** para cada categoria de outros benefícios a longo prazo que uma entidade proporcione aos seus empregados, deve divulgar (NCRF 28, §59):
 - a natureza dos benefícios;
 - a quantia das suas obrigações;
 - o nível de cobertura das responsabilidades;
 - a quantia de quaisquer ganhos ou perdas atuariais no período corrente e as políticas contabilísticas para tais ganhos ou perdas atuariais;
- **divulgação de benefícios de cessação de emprego:** para cada categoria de benefícios de cessação de emprego que uma entidade proporcione aos seus empregados, deve divulgar (NCRF 28, §60):
 - a natureza dos benefícios;
 - a política contabilística adotada;
 - a quantia das suas obrigações;
 - o nível de cobertura das responsabilidades à data do relato.

Quando existir incerteza sobre o número de empregados que aceitem uma oferta de benefícios de cessação de emprego, existe um passivo contingente, que deverá ser divulgado conforme a NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- uma estimativa do seu efeito financeiro;
 - uma indicação da incerteza da quantia ou momento da ocorrência;
 - possibilidade de reembolso;
-
- **divulgações para além das divulgações constantes neste norma, a NCRF 5 – Partes Relacionadas:** uma entidade deve divulgar a remuneração do pessoal chave da gestão (pessoal chave de gestão: são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades da

entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador dessa entidade) no total e para cada uma das seguintes categorias (NCRF 5, § 12,13):

- benefícios de curto prazo dos empregados;
- benefícios pós emprego;
- outros benefícios de longo prazo;
- benefícios por cessação de emprego; e
- pagamento com base em ações.

Se tiver havido transações com o pessoal chave da gestão, a entidade deve divulgar:

- a quantia das transações;
- a quantia dos saldos pendentes;
- ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes;
- os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobranças duvidosas de partes relacionadas.

2. Estado da Arte

O estudo a desenvolver pretende analisar o cumprimento dos requisitos de divulgação da NCRF 28 – Benefícios dos Empregados, para complementar e auxiliar este trabalho foram analisados vários estudos realizados em Portugal e noutros países.

A divulgação da informação tem sido objeto de diversas investigações um pouco por todo o mundo. Os estudos já realizados procuram, partindo essencialmente de análises de conteúdo aos Relatórios e Contas das empresas, identificar padrões de divulgação, fatores explicativos e avaliar os impactos de divulgação dos diversos itens com obrigatoriedade de divulgação.

Hackston e Milne (1996) elaboraram um estudo com o objetivo de fornecer uma descrição atualizada das empresas da Nova Zelândia no que diz respeito a divulgação corporativa social. O estudo utilizou a metodologia da análise de conteúdo e a amostra foi constituída por 47 empresas escolhidas de um *ranking* de 50 empresas com valores cotados em bolsa. O estudo permitiu concluir que a grande maioria das divulgações tendem a ser declarativas. A quantidade de divulgações sociais é em média cerca de três quartos de uma página do relatório anual. Em comparação com as divulgações dos Estados Unidos da América e do Reino Unido as empresas da Nova Zelândia fazem muito menos divulgações sociais.

Haniffa e Cooke (2005) realizaram um estudo com o objetivo de aumentar a compreensão dos potenciais efeitos da cultura governamental em divulgações sociais corporativas. A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo e a amostra foi composta por 139 empresas não-financeiras listadas na KLSE da Malásia no período de 1996 a 2002. Os autores concluíram que a divulgação social corporativa era utilizada como uma estratégia destinada a desviar atenção de negócios questionáveis e usada com o objetivo de legitimar e apaziguar algumas das preocupações dos públicos relevantes. Concluíram que as administrações das empresas apostavam na divulgação social corporativa como uma estratégia para demonstrar dignidade social e que estavam em sintonia com as preocupações sociais. Perante os acionistas estrangeiros as empresas da Malásia usavam a divulgação social corporativa como uma estratégia para agradar a investidores e obter entradas contínuas de capital.

Guerreiro (2006), elaborou um estudo em que procurou avaliar o impacto da adoção das IFRS no nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas com valores cotados. Neste estudo a autora pretendia analisar se as empresas portuguesas com valores cotados seguiram a Recomendação do *Committee of European Securities Regulators* (CESR) na elaboração das suas demonstrações financeiras no ano de 2004 e analisar quais as características das empresas que cumpriram a Recomendação e que divulgaram informação mais pormenorizada relativa ao impacto da adoção das IFRS na sua informação financeira. O estudo foi elaborado a partir de uma amostra de 53 empresas com ações cotadas na *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2004. A metodologia aplicada foi a análise descritiva e posteriormente 3 análises complementares: análise univariada, análise bivariada e análise multivariada. O estudo permitiu concluir que apenas uma minoria das empresas seguiu a Recomendação, tendo a larga maioria optado por fornecer informação qualitativa sobre o impacto das IFRS. Concluiu ainda que são as empresas com maior dimensão, maior nível de internacionalização comercial, auditadas por empresas multinacionais de auditoria e com menores rácios de endividamento, aquelas que apresentam maiores níveis de divulgação.

Com o objetivo de identificar os fatores que influenciam a divulgação voluntária de informações, nos relatórios anuais, sobre ativos intangíveis das empresas portuguesas com valores cotados, Oliveira, Rodrigues e Craig (2006), desenvolveram um estudo em que utilizaram o método de análise de conteúdo. A amostra era constituída por 56 empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2003. Os autores puderam concluir que o relatório voluntário de intangíveis mostrou ser influenciado pela dimensão, concentração de propriedade, tipo de auditor, categoria industrial e de registo, em análise univariada e pela dimensão, indústria, tipo de auditor, concentração de propriedade em análise multivariada. Contribuiu para compreender a elaboração de relatórios de intangíveis, revelando a associação entre a divulgação voluntária de intangíveis e características das firmas. Promove a compreensão de determinantes da divulgação de intangíveis num pequeno mercado de capitais num país caracterizado por pequenas e médias empresas, cujos gestores normalmente não têm a perceção do mercado de capitais por ser uma fonte importante de financiamento. No pequeno mercado de capitais português, as quatro grandes empresas de auditoria parecem desempenhar um papel preponderante na divulgação de informação voluntária

de intangíveis. O estudo revela ainda que os relatórios anuais são importantes veículos para os gestores empresariais divulgarem a informação voluntária, mas é notório que a frequência das divulgações na área de Capital Humano se situa bem atrás da que se refere às áreas de Capital Relacional e Capital Estrutural.

Roque e Cortez (2006) com o objetivo de investigar a relação entre a divulgação de informação ambiental nos relatórios e contas anuais e a performance financeira no mercado de capitais das empresas com valores cotados em Portugal, elaboraram um estudo usando como metodologia o método de análise do conteúdo do relatório e contas anuais. A amostra foi constituída por 35 empresas do setor não financeiro com valores cotados na *Euronext Lisbon*, cujas ações ordinárias apresentam cotações oficiais para o período compreendido entre 2000 a 2004. Os resultados obtidos sugerem que as empresas que não divulgam informação ambiental têm uma performance financeira – rentabilidade, risco e rentabilidade ajustada ao risco – superior às que o fazem. Em particular, as empresas que apresentam um melhor relato ambiental, divulgando informação ambiental qualitativa e quantitativa, são as que apresentam pior performance financeira. Contudo as diferenças encontradas ao nível da performance financeira não são estatisticamente significativas.

Antunes, Leite e Guerra (2007), realizaram um estudo cujo objetivo principal era o de avaliar a relevância dos ativos intangíveis no processo de avaliação de investimentos de acordo com a percepção de analistas de corretoras de valores. Para tal, procuraram verificar se as informações divulgadas pelas empresas foram adequadas. A amostra do estudo foi constituída por 18 analistas de investimentos de Corretoras de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro. A análise dos dados tratados por meio do método qualitativo – análise de conteúdo, mostra que os analistas nas avaliações de investimentos contemplam os ativos intangíveis, consideram-nos como itens importantes e utilizam tais informações julgando a contribuição que os ativos intangíveis possam vir a dar aos resultados da empresa, principalmente, por meio da ação do ativo humano. Todavia, foi possível verificar que a maioria dos analistas não considera suficiente as informações divulgadas pelas empresas, pois elas não se apresentam de forma sistematizada, fazendo com que eles tenham que avaliar tais elementos por dedução ou obtê-las de forma indireta. Assim sendo, o estudo sugere que os analistas beneficiariam por terem a informação não financeira divulgada de forma estruturada, pois baseados em informações com melhor qualidade, poderiam tomar decisões que retratam a situação

empresarial mais próxima do real, ou do seu potencial melhorando, também a comunicação entre empresa e mercado.

Beattie e Thomsonb (2007) elaboraram este estudo com o objetivo de destacar questões específicas que surgem no uso da análise de conteúdo para investigar a extensão das divulgações de Capital Intelectual (CI). O uso da análise de conteúdo neste contexto é debatido através de uma análise de estudos anteriores e pelo uso de um exemplo ilustrativo (*Next plc's 2004 annual report*). Com este estudo as autoras concluíram que a profundidade e amplitude do conceito CI e a falta de uma linguagem comum que o defina, tornam difícil estabelecer a extensão e a natureza da divulgação atualmente disponível. A série de escolhas à disposição dos investigadores em termos de análise e dimensão das divulgações dificultam ainda mais a interpretação e capacidade comparativa. O CI é reconhecido como o maior contributo para o valor de mercado de muitas empresas que operam nas indústrias de serviço e conhecimento, o que se reflete no balanço. Existe contudo a possibilidade de relatar o CI nas secções narrativas dos relatórios anuais das empresas.

O estudo de Lemos e Rodrigues (2007), teve por objetivo verificar que tipo de informação é divulgado pelas empresas portuguesas em relação às operações levadas a cabo nos mercados de derivados. A amostra aplicada a este estudo foi constituída por Demonstrações Financeiras de todas as empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* durante os exercícios económicos de 2001 e de 2004. A metodologia utilizada foi a técnica de análise de conteúdo dos relatórios e contas. As autoras concluíram que apenas 50% das empresas apresentaram informação sobre as operações no mercado de derivados. No exercício económico de 2001, só uma empresa apresenta informação sobre todos os instrumentos financeiros considerados (*forwards*, futuros, opções, *swaps* e *warrants*), este número cresce para 5 no exercício de 2004. Este aumento no número de referências poderá indiciar alguma preocupação por parte das empresas com futura obrigatoriedade de adoção da NIC 39. Os instrumentos acerca dos quais foram encontrados mais referências foram os *swaps* e as empresas financeiras são as que utilizam maior variedade de instrumentos.

O estudo realizado por Lopes e Rodrigues (2007) teve como objetivo analisar as características das empresas que estão mais próximas dos requisitos de divulgação da IAS 1, relacionando-os com os instrumentos financeiros IAS 32 e IAS 39. Este trabalho

procurou identificar os fatores que influenciam a divulgação voluntária dos instrumentos financeiros através das informações dos relatórios anuais das empresas portuguesas com valores cotados. A metodologia aplicada ao estudo foi a análise de conteúdo e a amostra foi constituída por 55 empresas pertencentes à *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2001. Os autores concluíram que o grau de divulgação está relacionado com o tamanho, tipo de auditor e a posição na lista e sector económico. Os resultados permitiram concluir que há uma falta de normas de contabilidade para instrumentos financeiros em Portugal, nomeadamente no que respeita a derivados, sendo necessário recorrer à Diretiva 18. Concluíram que o grau de divulgação está relacionado com o tamanho, tipo de auditor e sector económico (financeiro / não financeiro). Dado que o índice de divulgação é baseado nas IAS 32 e IAS 39, os resultados mostram também que as empresas maiores, empresas inscritas em mais do que um mercado bolsista e auditadas por empresas de auditoria internacionais estão mais próximas das exigências das IAS.

Tendo como objetivo principal analisar a informação que as empresas portuguesas divulgam acerca das operações relacionadas com instrumentos derivados, identificando as características empresariais que determinam o nível de informação que é divulgado nos relatórios e contas anuais, Lemos, Rodrigues e Ariza (2009) realizaram um estudo utilizando uma amostra constituída por 49 empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* e a metodologia aplicada foi a análise de conteúdo. Os autores através de uma análise multivariada concluíram que o único fator determinante do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados é o tamanho da empresa, indicando que o valor do índice aumenta à medida que também aumenta o tamanho da empresa. A análise univariada revelou que a qualidade do auditor externo, o nível de endividamento, a existência de planos sobre ações e o sector de atividade (financeiro/não financeiro) e o tamanho são fatores que influenciam o nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados.

Com o objetivo analisar a evolução da divulgação voluntária de informação das empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon*, no triénio 2006-2008, Domingos (2010) desenvolveu um estudo através da análise dos relatórios e contas anuais publicados e disponibilizados dos anos de 2006, 2007 e 2008 numa amostra constituída por 53 empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon*. Ao nível da evidência

empírica, foi efetuada uma análise de conteúdo aos relatórios anuais das empresas e os dados foram analisados e tratados estatisticamente pela análise univariada, bivariada e multivariada. Dos resultados obtidos, concluíram que a divulgação voluntária de informação por parte das empresas é ainda reduzida nas áreas dos desempenhos ambiental e social, apesar de ter tido uma evolução positiva nos três anos estudados. Quanto aos fatores determinantes, o estudo concluiu que a dimensão contribui para a divulgação de informação e que, pelo contrário, a rendibilidade não é um fator influenciador.

Gastón, García, Jarne e Laínez Gadea (2010), realizaram um estudo que teve por objetivo analisar o impacto quantitativo da adoção obrigatória das IFRS nos relatórios financeiros de empresas com adoção pela primeira vez, e analisaram se as IFRS tornaram a informação financeira mais relevante para a tomada de decisões nos mercados de capitais. O estudo contemplou os países de Espanha e do Reino Unido, cujos sistemas contabilísticos são tradicionalmente classificados como opostos. O Reino Unido tem sido considerado um membro importante do modelo de contabilidade anglo-saxónico, a Espanha pertenceu tradicionalmente ao modelo contabilístico da Europa continental. Outra razão para a seleção destes dois países foi o facto de alguns resultados de investigações recentes mostraram que o efeito da aplicação das IFRS depende da forma como é implementado e do nível de incentivos à aplicação e apresentação em cada país. Este estudo foi realizado com uma amostra constituída por 74 empresas listadas no índice FTSE 100 (*Financial Times Estoque Índice de Cambio 100*) do Reino Unido e 100 empresas listadas na IGBM (*Madrid stock Exchange Index Geral*) de Espanha, e aplicou como metodologia a análise de conteúdo seguida de uma análise quantitativa. O estudo concluiu que ao contrário do que os autores esperavam o impacto quantitativo na adoção das IFRS foi significativo em ambos os países mas de maior impacto no Reino Unido. Relativamente ao efeito da aplicação das IFRS no relatório financeiro, ponderam concluir que este afetou negativamente a importância dos relatórios financeiros em ambos os países embora este efeito foi mais significativo em Espanha.

O estudo realizado por Tonetto Filho e Fregonesi (2010) teve por objetivo analisar a variação dos níveis de endividamento e liquidez das empresas do setor de alimentos processados em 2007 e analisar o nível de divulgação dessas empresas sobre os

instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis (leasing) e provisões e contingências em 2008. Este estudo teve por base uma amostra constituída por 18 empresas do subsetor de alimentos processados de acordo com classificação da BM&F Bovespa conforme pesquisa realizada em setembro de 2009, e utilizou a metodologia de análise de conteúdo. O estudo concluiu que as empresas analisadas não cumpriram 50% das divulgações exigidas pelas normas, sendo o ponto mais crítico a divulgação sobre arrendamentos mercantis (leasing), com apenas 25% das divulgações. Verificou-se que as variações nos indicadores de liquidez e endividamento não superaram 10,43%. O estudo mostrou que as empresas investigadas ainda estão longe de aplicar as normas internacionais sobre instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis (leasing), provisões e contingências.

Pereira (2010) estudou, através da análise de conteúdo, numa amostra de 55 entidades no período entre 2005 e 2008, a concordância com as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade no que diz respeito à divulgação dos planos de benefícios de reforma e respetiva relação com o endividamento das entidades com valores cotados na *Euronext Lisbon*, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Desta análise concluiu que houve uma variação positiva, ao longo do período em análise, em praticamente todos os indicadores, o que significa que as entidades do ano 2005 para o ano 2008 decidiram aumentar a divulgação sobre os planos de reforma, havendo uma variação de 7%, com o objetivo de cumprirem com o estabelecido na IAS 26 – Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma, o que demonstra um aumento na responsabilidade com benefícios pós-emprego.

O estudo elaborado por Ferreira (2011) teve como objetivo a identificação das tendências e dos fatores explicativos do nível de divulgação voluntária de informação sobre capital intelectual em Portugal, teve ainda o objetivo de efetuar uma comparação das tendências de divulgação apresentadas pelas empresas portuguesas com as observadas noutros países. A autora utilizou como amostra 45 empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* a 31 de dezembro de 2006 e a metodologia aplicada foi a análise de conteúdo. O estudo revelou a existência de divulgação voluntária de informação sobre capital intelectual. A informação divulgada abarca predominantemente os fatores de natureza externa mas existem divulgações relativas a capital humano e capital interno. Os resultados sugeriram que os fatores explicativos da divulgação em Portugal são a dimensão e o tipo de auditor. Contrariamente ao esperado

pelo enquadramento do custo-benefício, a concentração da estrutura acionista, o endividamento, a rendibilidade, o nível de capital intelectual e a indústria não se revelaram como fatores explicativos, é ainda de destacar a aproximação dos resultados aos estudos realizados em outros países, especialmente, o que concerne à natureza da informação divulgada e à importância da variável dimensão.

Soares, Aleixo & Silva (2011) elaboraram um estudo, com o objetivo de analisar o nível de divulgação de informação publicada pelas empresas que integram o índice PSI20 no período 2007-2009, de acordo com o normativo internacional no que respeita à consolidação de contas e verificar se em termos de Certificação de Contas e Relatório de Auditoria foram evidenciados aspetos de não conformidade. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo aplicada aos Relatórios e Contas Consolidadas das empresas da amostra nos anos 2007, 2008 2009, e a amostra é constituída por 19 empresas que integram o índice PSI20 da *Euronext Lisbon* à data de 10 de Outubro de 2010. Os resultados demonstraram que as empresas nem sempre divulgam os itens exigidos pelo IFRS 3. Os itens mais divulgados dizem respeito à identificação da empresa adquirida, data da operação, percentagem de interesses de capital próprio e reconciliação do *Goodwill*, sendo os menos divulgados os réditos, lucros ou prejuízos. A maioria das empresas não divulga no Anexo os itens exigidos pela IAS 27. Quanto à Certificação Legal das Contas o estudo concluiu que as empresas são criteriosas no cumprimento da elaboração e divulgação da sua prestação de contas.

Através da análise dos relatórios e contas do ano de 2010 das empresas que, em 19 de março de 2012, integravam o PSI20, Graça (2012), elaborou um estudo com o objetivo de verificar o cumprimento da divulgação de informação, especificamente, no que diz respeito à divulgação do risco de mercado, este estudo abordou, também, a problemática da divulgação voluntária. Recorrendo ao método da análise de conteúdo, analisou o nível de divulgação de informação por tipo de risco de mercado, numa perspetiva qualitativa e quantitativa, verificando se as empresas divulgam a utilização de instrumentos de cobertura para minimizar esses riscos. A autora concluiu que, na sua grande maioria, as empresas cumprem os requisitos da IFRS 7, que a informação sobre o risco de taxa de juro é a mais observada e que, em geral, utilizam instrumentos derivados para minimizar os riscos de mercado.

Com o objetivo de explorar e identificar a informação divulgada relativamente aos benefícios dos empregados concedidos pelas entidades com valores cotados na *Euronext Lisbon*, em particular as integrantes do PSI 20, Figueiredo e Pinheiro (2012), realizaram um estudo descritivo usando a técnica de análise de conteúdo para analisar a prática de 20 empresas portuguesas, pertencentes ao índice PSI 20, relativamente à divulgação de informação acerca dos benefícios dos empregados, nomeadamente que informação é divulgada nos relatórios e contas, durante o período de 2007 a 2009. Os dados foram analisados e tratados estatisticamente com recurso a técnicas de análise univariada. As autoras concluíram que a divulgação de informação sobre os benefícios dos empregados por parte das empresas com valores cotados no PSI 20 aumentou cinco pontos percentuais de 2007 para 2009, o que não sendo uma variação muito significativo, denota uma maior preocupação e o impacto desta temática no âmbito do relato financeiro.

Reis (2012) elaborou um estudo com o objetivo de determinar o nível de divulgação voluntária de informações pelas empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon*, mais especificamente as do PSI 20, nos seus relatórios e contas anuais. Para tal calculou um índice de divulgação, com base na análise de conteúdo dos relatórios e contas anuais de 2010, tendo como referência um conjunto de indicadores resultantes de um estudo elaborado pelo FASB em 2001. Foi, também, utilizada estatística descritiva para medir a relação do nível de divulgação com algumas características das empresas. As 20 empresas que constituem a amostra são as integrantes do PSI 20 a 20 de março de 2012. Os resultados obtidos sugerem que, na generalidade, a política de divulgação de informações de forma voluntária das empresas é reservada; as empresas parecem ser pouco transparentes. No entanto, esta generalização pode não ser acertada, uma vez que os indicadores determinados resultam de exemplos extraídos de um estudo do FASB. Sugerem, ainda, a existência de relação entre o índice de divulgação e o setor de atividade, capitalização bolsista, dimensão da empresa, dispersão bolsista, comissão de auditoria e endividamento.

Silva (2012) elaborou um estudo com o principal objetivo analisar a divulgação de informação sobre o risco nos relatórios e contas de quatro empresas. Em concreto, procura verificar se existe relação entre a dimensão ou o risco das empresas e o nível de informação sobre o risco que divulgam nos seus relatórios e contas. Este estudo consiste

numa investigação “estudo de caso”, em que as unidades de análise são quatro empresas do setor do retalho alimentar duas de Portugal e duas de Espanha, durante o período de 2008 a 2010. A autora recorreu ao método da análise de conteúdo, para realizar o estudo e concluiu que, entre as empresas analisadas, as que divulgam mais informação sobre o risco são as portuguesas. A autora concluiu ainda, que qualquer das empresas, apresenta um maior nível de divulgações de informação sobre o risco financeiro do que sobre o risco não-financeiro e que não parece existir relação entre a dimensão ou o risco e o nível de divulgação de informação sobre o risco.

Pós análise da literatura relacionada com estudos sobre a divulgação da informação, podemos constatar que apesar de todos os autores apresentados evidenciarem entre si diversas diferenças, encontrou-se entre eles um elo comum relativamente à divulgação, todos eles salientaram a importância da divulgação de informação obrigatória ou voluntária. Os resultados e conclusões apontadas pelos autores comprovam a melhoria do nível de qualidade da divulgação de informação ao longo dos últimos anos e numa perspetiva global.

Os estudos já realizados procuram, partindo essencialmente de análises de conteúdo aos Relatórios e Contas das empresas, identificar padrões de divulgação, fatores explicativos e avaliar os impactos de divulgação dos diversos itens com obrigatoriedade de divulgação.

A literatura analisada baseia-se em algumas teorias, mas as que mais se evidenciaram nestes estudos foram a teoria da agência e a teoria da sinalização, para justificar as opções tomadas pelas empresas ao nível da divulgação financeira, voluntária e obrigatória.

A teoria da agência pode ajudar na compreensão das motivações que os gestores têm para divulgar informação de forma voluntária. Jensen e Meckling (1976, p.308) referem que *“Nós definimos um relacionamento de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (o principal(is)) contrata outra pessoa (o agente) para executar algum serviço em favor deles e que envolva delegar, ao agente, alguma autoridade de tomada de decisão. Se ambas as partes do relacionamento são maximizadores de utilidade existe boa razão para acreditar que o agente não agirá sempre pelos melhores interesses do principal.”*

A Teoria da sinalização foi desenvolvida pela literatura económica devido ao problema da assimetria da informação. A sinalização é usada principalmente pelas partes informadas para tentar eliminar ou diminuir o problema da seleção adversa. Somente as empresas que acreditam poder mostrar que são melhores que as outras é que se sentem incentivadas a enviar um sinal. Segundo Ross (1977), a informação divulgada pelas empresas reduz a assimetria de informação, o que pode ser interpretado como um bom sinal pelo mercado. Assim as empresas que pertencem ao mesmo sector de atividade estão interessadas em divulgar pelo menos o mesmo nível de divulgação das empresas concorrentes de modo a não serem prejudicadas na avaliação efetuada pelo mercado.

Da literatura estudada, verificamos que Guerreiro (2006) e Ferreira (2011) desenvolveram os seus estudos utilizando e expondo as suas conclusões utilizando simultaneamente duas teorias, ou seja, com base na teoria da agência e na teoria da sinalização.

Após análise dos estudos apresentados podemos levantar a seguinte questão de investigação:

“A divulgação dos benefícios dos empregados aumentou de 2010 para 2011?”

II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Desenho da Investigação

A questão de fundo deste estudo, que resulta da sua finalidade, consiste em analisar o cumprimento dos requisitos de divulgação no que respeita às exigências da NCRF 28 – Benefícios dos Empregados, bem como a evolução da divulgação do ano de 2010 para o ano de 2011.

O presente estudo tem por base a análise aos relatórios de contas de 2010 e 2011 de entidades pertencentes ao *ranking* da Revista EXAME “500 Maiores & Melhores” de 2010, com informação financeira disponível *on-line*.

Faremos uma definição dos objetivos, da amostra e dos pressupostos metodológicos.

1.1. Objetivo do estudo

A NCRF 28 – Benefícios dos empregados impõe às empresas o cumprimento dos requisitos exigidos de divulgação. Os objetivos deste estudo são: calcular o índice de divulgação dos benefícios dos empregados para um conjunto de empresas que compõem a amostra; calcular o índice de divulgação por setor de atividade; e analisar a evolução do índice de divulgação do ano de 2010 para o ano de 2011 para as empresas da amostra, assim como para cada setor de atividade.

1.2. Definição da amostra

A amostra é constituída por empresas pertencentes ao *ranking* da Revista EXAME “500 Maiores & Melhores” de 2010 com informação financeira disponível *on-line*.

A seleção das empresas a analisar foi efetuada de acordo com os seguintes critérios:

- selecionamos 64 empresas pertencentes ao *ranking* da Revista EXAME “500 Maiores & Melhores” referentes ao ano de 2010 com informação financeira disponível *on-line*;
- excluímos 15 empresas que não apresentam *on-line* os seus Relatórios e Demonstrações Financeiras, do ano de 2011.

Assim, a nossa amostra resultou num total de 49 empresas conforme discriminado no Quadro 1.

Quadro 1 – Determinação da amostra

Ranking da Revista EXAME “500 Maiores & Melhores de 2010”	500	100%
Entidades excluídas da amostra:		
- Relatórios e contas não disponíveis <i>on-line</i>	-436	-87,20%
- Relatórios e contas de 2011 não disponíveis <i>on-line</i>	-15	-3%
Total de empresas da amostra	49	9,80%

Concluimos que a amostra é constituída por 49 empresas, correspondente a 9,8% do total das empresas do *ranking* referido.

Para melhor conhecimento da amostra, elaboramos o Quadro 2 com as empresas da amostra e respetivo setor de atividade para, ao longo do trabalho, nos ajudar a analisar os resultados obtidos bem como a aferir se existe alguma ligação entre os resultados e o setor de atividade da empresa.

Quadro 2 – Empresas que compõem a amostra

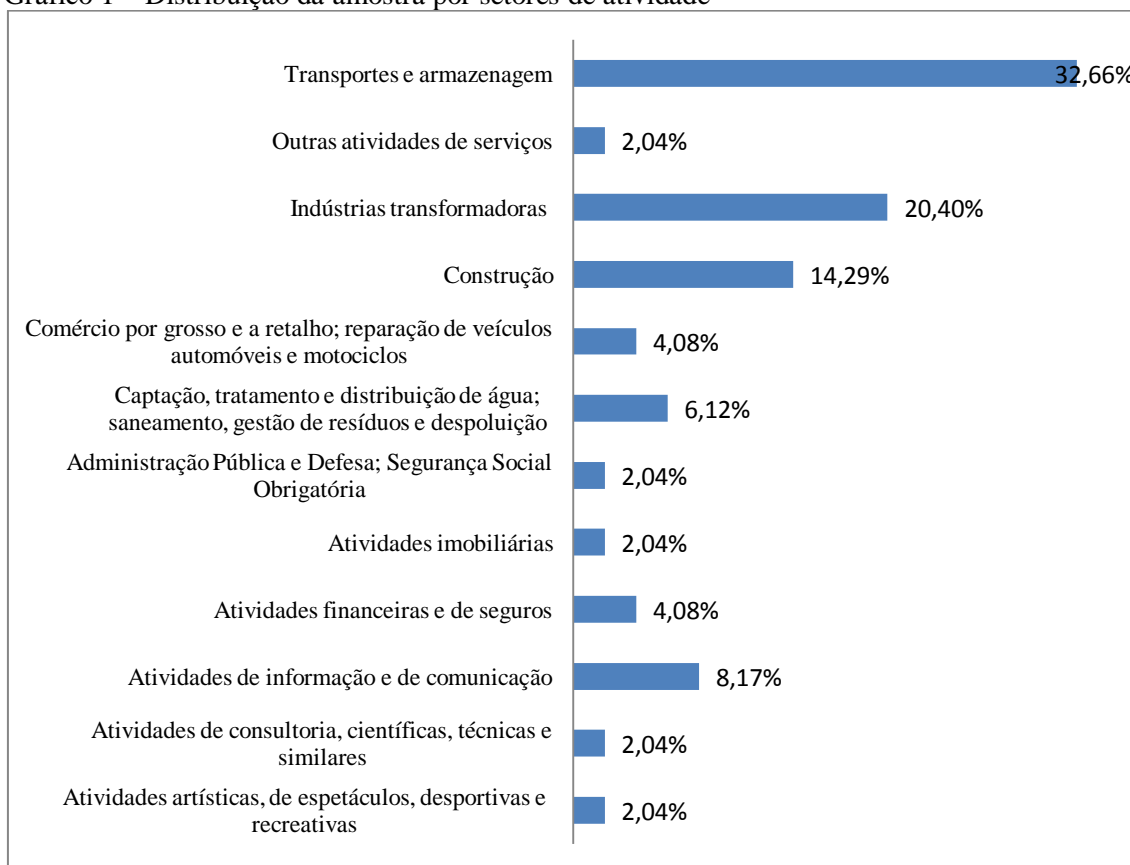
EMPRESAS	SETOR DE ATIVIDADE	EMPRESAS	SETOR DE ATIVIDADE
AUTO ESTRADAS DO ATLÂNTICO CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.	Transportes e armazenagem	METRO DO PORTO, S.A.	Transportes e armazenagem
A.S. ÁGUAS DE SANTARÉM, EM S.A.	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	Transportes e armazenagem
AMB 3E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	METRO - MONDEGO, S.A.	Transportes e armazenagem
ANACOM	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	MOTA - ENGL. SGPS, S.A.	Construção
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.	Transportes e armazenagem	MSF - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	Construção
CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Construção	NESTLÉ - PORTUGAL, S.A.	Indústrias transformadoras
CIMPOR - INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.	Indústrias transformadoras	OLIVEIRA & IRMÃO S.A.	Indústrias transformadoras
CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.	Construção	PARQUE EXPO 98, S.A.	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.	Indústrias transformadoras	APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.	Transportes e armazenagem
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.	Transportes e armazenagem	POST CONTACTO - CORREIO PUBLICITÁRIO, LDA	Transportes e armazenagem
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	Transportes e armazenagem	RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A.	Atividades de informação e de comunicação
DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A.	Indústrias transformadoras	SATA - GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A.	Transportes e armazenagem
EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A.	Construção	SATA AIR AÇORES - SOCIEDADE AÇORIANA DE TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	Transportes e armazenagem
EMEF - EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.	Indústrias transformadoras	SATA INTERNACIONAL - SERVIÇOS E TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	Transportes e armazenagem
EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A.	Transportes e armazenagem	SATA - SOCIEDADE DE TRANSPORTES AÉREOS, SGPS, S.A.	Transportes e armazenagem
FAGAR - FARO, GESTÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS, E.M.	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.	Indústrias transformadoras
FLORÊNCIO AUGUSTO CHAGAS, S.A.	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	SINFIC - SISTEMAS DE INFORMAÇÕES INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.	Atividades de informação e de comunicação
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA DESENVOLVIMENTO	Outras atividades de serviços	SONAGI, SGPS, S.A.	Atividades financeiras e de seguros
FUNDAÇÃO DE SERRALVES	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO	Transportes e armazenagem
GABRIEL COUTO - SGPS, S.A.	Atividades financeiras e de seguros	SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS - SUCH	Indústrias transformadoras
LENA ABRANTINA IMOBILIARIA	Atividades imobiliárias	TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
LENA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	Construção	TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.	Transportes e armazenagem
LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A.	Indústrias transformadoras	VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.	Atividades de informação e de comunicação
LITHO FORMAS PORTUGUESA - IMPRESSOS CONTÍNUOS E MÚLTIPLOS, S.A.	Indústrias transformadoras	ZAGOPE - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, S.A.	Construção
		ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.	Atividades de informação e de comunicação

Pela análise do Quadro 2, constatamos que a amostra está distribuída por 12 setores de atividade. Para uma melhor percepção da composição da amostra apresentamos o Quadro 3 e o Gráfico 1.

Quadro 3 – Setores de atividade e frequência

Setor de atividade	Frequência	Porcentagem
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1	2,04%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	2,04%
Atividades de informação e de comunicação	4	8,17%
Atividades financeiras e de seguros	2	4,08%
Atividades imobiliárias	1	2,04%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	1	2,04%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3	6,12%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2	4,08%
Construção	7	14,29%
Indústrias transformadoras	10	20,40%
Outras atividades de serviços	1	2,04%
Transportes e armazenagem	16	32,66%
Total	49	100%

Gráfico 1 – Distribuição da amostra por setores de atividade



Em conformidade com o Gráfico 1, podemos verificar que a amostra é composta, maioritariamente, por empresas do setor de transportes e armazenagem, representando 32,66% das empresas da amostra, sendo seguido pelo setor das indústrias transformadoras com 20,40%. O setor da construção representa 14,29% do total das empresas da amostra, o setor de informação e de comunicação, 8,17%, o setor captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, 6,12%. Os setores de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e atividades financeiras e de seguros representam cada um 4,08%, todos os restantes setores como atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, atividades imobiliárias, administração pública e defesa, segurança social obrigatória e das outras atividades de serviços representam cada um, 2,04%.

Identificados os objetivos, definida e caracterizada a amostra, torna-se necessário definir a metodologia a seguir com vista à prossecução dos objetivos do estudo.

1.3. Metodologia

Por forma a atingir os objetivos a que nos propomos, inicialmente elaboramos um mapa das divulgações de informação exigidas pela NCRF 28 – benefícios dos empregados conforme o Quadro 4 - Índice das divulgações em percentagem nos anos 2010 e 2011 apresentado no ponto 2 deste capítulo.

Posteriormente procedemos à análise descritiva da informação divulgada sobre benefícios dos empregados, recorrendo à metodologia de análise de dados qualitativos, geralmente denominados análise de conteúdo, codificando a informação recolhida. Utilizámos como fonte de obtenção dos dados, os Relatórios de Contas de 2010 e 2011 das empresas da amostra pertencentes ao *ranking* da Revista EXAME “500 Maiores & Melhores” de 2010, disponíveis *on-line*. Das informações daí extraídas relativas às divulgações sobre benefícios dos empregados conforme a NCRF 28, foi preenchido o quadro das divulgações de informação dando origem a um mapa com o índice de divulgação (Quadro 4) para cada item exigido pelo normativo, donde foi possível extrair os resultados para as conclusões.

Segundo Moraes (1999) a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. Esta análise conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a

reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Ainda de acordo com Moraes (1999) a análise de conteúdo, como método de investigação, compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerar como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, seja qual for a comunicação. Considera no entanto, que o método de análise de conteúdo apresenta algumas limitações, nomeadamente o facto de não permitir analisar a qualidade da informação divulgada, uma vez que este método de análise apenas permite “detetar a presença (valor 1) ou ausência (valor 0) de informação de atributos ou categorias previamente definidas” (Dias, 2009, 111-149).

Como já referido, na recolha de dados, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que consiste na obtenção de dados através da atribuição do valor “1” ou do valor “0”, caso estejamos perante a existência ou inexistência, de informação relacionada com as categorias previamente definidas que neste caso concreto são “não aplicável”, “divulga” ou “não divulga”. Isto é:

- 0 (não) ou 1 (sim) para o item **divulga** ou **não divulga**
- 0 (não) ou 1 (sim) para o item **não aplicável**

Contudo, consideramos uma exceção e atribuímos o valor de 0.5 quando num item existe divulgação qualitativa mas não quantitativa.

2. Resultados

Neste ponto são apresentados e discutidos os resultados do estudo realizado tendo em consideração as divulgações obrigatórias em termos da NCRF 28 – Benefícios dos Empregados.

No Quadro 4 que a seguir apresentamos podemos observar o índice de divulgação para cada item exigido pelo normativo para o total das empresas da amostra nos anos 2010 e 2011.

Quadro 4 – Índice das divulgações em percentagem nos anos 2010 e 2011

	2010			2011		
	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D
Divulgação de benefícios a curto prazo						
<i>gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - empregados no geral (NCRF 1)</i>						
. salários e contribuições para a segurança social	0%	100%	0%	0%	100%	0%
. ausências permitidas a curto prazo (licenças e baixas pagas por doença)	0%	6%	94%	0%	8%	92%
. participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço	88%	13%	0%	92%	8%	0%
. benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, etc)	0%	90%	10%	0%	92%	8%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo -pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>						
. salários e contribuições para a segurança social	8%	92%	0%	8%	92%	0%
. ausências permitidas a curto prazo (licenças e baixas pagas por doença)	13%	5%	82%	13%	6%	81%
. participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço	88%	13%	0%	92%	8%	0%
. benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, etc)	12%	77%	10%	12%	81%	6%
Divulgação de benefícios pós-emprego						
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - planos de contribuição definida para empregados no geral (NCRF 1)</i>						
. pensões	88%	12%	0%	84%	16%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	96%	4%	0%	96%	4%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - planos de contribuição definida para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>						
. pensões	88%	12%	0%	84%	16%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	96%	4%	0%	96%	4%	0%

Cumprimento dos requisitos de divulgação dos benefícios dos empregados

<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - benefícios definidos para empregados no geral (NCRF 1)</i>						
. pensões	78%	22%	0%	73%	27%	0%
. outros benefícios de reforma	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	88%	13%	0%	85%	15%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - benefícios definidos para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>						
. pensões	76%	24%	0%	72%	28%	0%
. outros benefícios de reforma	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	88%	12%	0%	86%	14%	0%
Divulgação de outros benefícios a longo prazo						
<i>natureza do benefício;</i>						
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. gratificações	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia das obrigações;</i>						
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. gratificações	96%	4%	0%	96%	4%	0%
. participações nos lucros	98%	2%	0%	98%	2%	0%
<i>nível de cobertura das responsabilidades à data do balanço</i>						
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. gratificações	96%	4%	0%	96%	4%	0%
. participações nos lucros	96%	4%	0%	96%	4%	0%
<i>quantia de quaisquer ganhos ou perdas</i>						
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. gratificações	96%	4%	0%	96%	4%	0%
. participações nos lucros	98%	2%	0%	98%	2%	0%
<i>políticas contabilísticas</i>						
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	98%	2%	0%	98%	2%	0%
. gratificações	96%	4%	0%	96%	4%	0%
. participações nos lucros	98%	2%	0%	98%	2%	0%
Divulgação de benefícios de cessação de emprego						
natureza do benefício;	54%	44%	2%	49%	51%	0%
quantia das obrigações;	54%	44%	2%	50%	48%	2%
nível de cobertura das responsabilidades à data do balanço	53%	45%	2%	49%	49%	2%
quantia de quaisquer ganhos ou perdas	100%	0%	0%	100%	0%	0%
políticas contabilísticas	100%	0%	0%	100%	0%	0%
passivos contingentes de acordo com a NCRF 21	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de benefícios de remuneração em capital próprio						
benefícios em instrumentos financeiros de capital próprio	96%	4%	0%	94%	6%	0%

Dos resultados obtidos e apresentados no Quadro 4, podemos constatar de imediato que do ano de 2010 para 2011 houve aumento da divulgação da informação por parte das 49 empresas da amostra.

Especificando, podemos verificar que as empresas, que compõem a amostra, no ano 2010 para o ano de 2011 em relação à **divulgação de benefícios a curto prazo, relativos aos gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - empregados no geral (NCRF 1)** os salários e contribuições para a segurança social nos dois anos da análise obtiveram o valor de 100% o que significa que todas as empresas da amostra divulgaram o valor dos salários e contribuições para a segurança social. As ausências permitidas a curto prazo tiveram um aumento de 6% para 8%, o que significa que as empresas divulgam muito poucas informações referentes a licenças, baixas e outro tipo de ausências dos seus empregados ou não permitem que estas sejam pagas. Os benefícios não monetários tiveram uma grande percentagem de divulgação e evoluíram de 90% no ano 2010 para 92% no ano de 2011 o que mostra preocupação por parte das empresas em divulgar todos os benefícios não monetários que atribuem aos seus empregados. Mas por outro lado, no que diz respeito às participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço existiu uma redução muito significativa de 13% para 8%, que poderá ser resultante do período difícil a nível económico que as empresas atravessam e que já se reflete nestes dois anos do estudo, reduzindo pois a participação nos lucros e gratificações aos seus empregados.

No que diz respeito à **divulgação de benefícios a curto prazo relativos aos gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - pessoal-chave da gerência (NCRF 5)**, os salários e contribuições para a segurança social têm uma percentagem de divulgação muito elevada 92% mostrando que as empresas se preocupam com a divulgação deste item. As ausências permitidas a curto prazo obtiveram, apesar de não serem valores muito significativos, um aumento, passaram de 5% no ano 2010 para 9% no ano de 2011 o que indica que as empresas poderão não se preocupar em divulgar este item ou na realidade as empresas poderão não pagar ausências a curto prazo. Os benefícios não monetários tiveram valores percentuais elevados de 77% no ano 2010 para 81% no ano de 2011, aumentando também a percentagem das divulgações da informação, o que mostra a preocupação das empresas em divulgar todos os benefícios que atribuem aos seus empregados de cariz não monetária, mas por outro lado no que diz respeito às participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço existiu uma redução muito significativa de 13% no ano 2010 para 8% no ano de 2011 que poderá ser reflexo das dificuldades económicas das empresas.

Relativamente às **divulgação de benefícios pós-emprego** tanto nos **gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - planos de contribuição definida para empregados no geral (NCRF 1)** como nos **gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - planos de contribuição definida para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)** deu-se um aumento da divulgação de 12% no ano 2010 para 16% no ano de 2011 no que diz respeito as pensões, mantendo-se o mesmo nível de divulgação de 4% a assistência médica pós-emprego. No que diz respeito aos **gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - benefícios definidos para empregados no geral (NCRF 1)** a percentagem de divulgação aumentou de 22% no ano 2010 para 27% no ano de 2011 relativo às pensões e de 13% no ano 2010 para 15% no ano de 2011 no que se refere a assistência média pós-emprego, sendo diferente dos valores para os **gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - benefícios definidos para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)** em que podemos verificar um aumento para as pensões de 24% no ano 2010 para 28% no ano 2011 em relação as pensões, e de 12% no ano 2010 para 14% no ano 2011 em relação a assistência médica pós- emprego. Este aumento de divulgação poderá demonstrar uma preocupação por parte das empresas em cumprir as suas obrigações de informação e também estarem mais recetivas à criação de benefícios pós-emprego para os seus empregados.

No que diz respeito às **divulgações de outros benefícios a longo prazo** os valores foram equivalentes nos anos 2010 e 2011 tendo sido divulgado os benefícios de invalidez, gratificações e participações nos lucros mas com percentagens muito baixas que rondam os 2% e 4% respetivamente, não passando além destas percentagens. Esta situação poderá indiciar que as empresas não têm implementado benefícios a longo prazo.

Na análise as **divulgação de benefícios de cessação de emprego, podemos verificar** que o índice de divulgação aumentou de 2010 para 2011 a rondar os valores de 44% para 51%, devido ao facto do aumento significativo das indemnizações por rescisão de contrato.

Por último ao analisarmos a **divulgação de benefícios de remuneração em capital próprio** podemos verificar que este item apesar de apresentar valores muito pouco significativos, também aumentou nos dois anos em estudo dos 4% para 6%

respetivamente em 2010 e 2011. As empresas não estão a distribuir resultados pelos empregados.

Após análise global dos resultados do mapa do índice de divulgação da informação referente ao cumprimento dos requisitos de divulgação de informação por parte das empresas da amostra e a sua evolução do ano 2010 para o ano de 2011 passamos para uma análise com os mesmos objetivos mas por setores de atividade de acordo com o Quadro 5 em anexo.

No que se refere à **divulgação de benefícios a curto prazo, gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - empregados no geral (NCRF 1)**, podemos verificar que as empresas de todos os setores de atividade que constituem a nossa amostra de estudo divulgaram o item salários e contribuições para a segurança social na percentagem de 100% para os dois anos do estudo. No que se refere às ausências permitidas a curto prazo podemos verificar que só os setores de atividade dos transportes e armazenagem obtiveram 3%, indústrias transformadoras 22% e captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição 20%, divulgam informação sobre este item e este foi de igual percentagem para os dois anos. O item participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço é divulgado pelas indústrias transformadoras em 16% e na construção 23%, de igual valor nos dois anos de estudo, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos com valores diferente nos anos em causa 100% em 2010 e 50% em 2011, outras atividades de serviços 100% só em 2010. No item benefícios não monetários os setores de atividade com divulgação a 100% nos dois anos de estudo foram; transportes e armazenagem, atividades de informação e de comunicação, atividades financeiras e de seguros, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, administração pública e defesa; segurança social obrigatória, outras atividades de serviços, atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e atividades de consultadoria científicas técnicas e similares. O setor da indústria transformadora apresentou uma divulgação de 90% nos anos de referência. O setor da construção e captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição apresentaram uma evolução positiva dos resultados do índice de divulgação de 69% no ano 2010 para 85% no ano 2011 e de

60% no ano 2010 para 67% no ano 2011. Neste item só o setor das atividades imobiliárias não apresentou qualquer divulgação.

Analisando a **divulgação de benefícios a curto prazo, os gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - pessoal-chave da gerência (NCRF 5)**, podemos verificar que no que se refere ao item salários e contribuições para a segurança social, todos os setores de atividade divulgaram a informação em 100% para os anos em estudo com exceção, do setor transportes e armazenagem que tem um valor percentual de 81%. O setor atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas não tem qual divulgação pois os gerentes da empresa deste setor não auferiram qualquer rendimento monetário e, conseqüentemente, não houve qualquer contribuição para a segurança social. Analisando o item ausências permitidas a curto prazo, podemos constatar que os setores de atividade indústrias transformadoras divulgaram informação na ordem dos 22% para o ano 2010 e 29% para o ano 2011, o setor captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, divulgaram informação na ordem dos 20% nos referidos anos. Observando o item participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço, os setores de atividade que divulgaram informação foram: indústrias transformadoras com 16% e construção 23% iguais nos dois anos do estudo, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos com 100% de divulgação em 2010 e 50% em 2011 e outras atividades de serviços com o valor de 100% nos dois anos. Referente ao último item benefícios não monetários, podemos constatar que os setores; atividades de informação e de comunicação, atividades financeiras e de seguros, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, administração pública e defesa; segurança social obrigatória, outras atividades de serviços e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares divulgaram 100% em 2010 e 2011, transportes e armazenagem e Indústrias transformadora divulgaram, respetivamente 81% em 2010 e 90% em 2011, construção obteve um aumento de 69% no ano 2010 para 85% no ano 2011 e captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição no ano de 2010 não divulgou informação mas em 2011 divulgou 33%.

Divulgação de benefícios pós-emprego, observando o mapa do índice de divulgação podemos verificar que os **gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - planos de contribuição definida para empregados no geral (NCRF 1)**, tem os mesmos resultados de divulgação que os **gastos com os benefícios dos empregados a**

pós emprego - planos de contribuição definida para pessoal-chave da gerência (NCRF 5). Observando o mapa do índice de divulgação podemos verificar que o setor indústrias transformadoras apresentou divulgação relativa ao item pensões de 20% para 30% referente aos dois anos de estudo e de 20% relativo a assistência médica pós-emprego de igual valor para os dois anos do estudo. O setor de atividade de informação e de comunicação obteve 25% para o item pensões, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e administração pública e defesa; segurança social obrigatória, obtiveram 100% relativo a pensões de igual valor nos anos em estudo, o setor captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, divulgou informação sobre pensões no valor de 33% só no ano de 2011. Relativamente a **gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - planos de contribuição definida para empregados no geral (NCRF 1) e gastos com os benefícios dos empregados a pós emprego - benefícios definidos para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)** estes têm os mesmos resultados de divulgação de informação para os empregados em geral e para o pessoal chave da gerência com exceção do setor da construção que apresentou um valor de divulgação no item pensões para o pessoal em geral de 14% e para o pessoal chave da gerência 25% nos dois anos de estudo. O setor indústrias transformadoras divulgou informação para o item pensões no valor de 30%, para o item outros benefícios de reforma 10% e para o item assistência médica pós-emprego de 10% de igual modo para os anos em estudo. O setor de transportes e armazenagem divulgou valores para o item pensões de 38% em 2010 e de 44% em 2011 e de 19% em 2010 para 25% em 2011 no item assistência médica pós-emprego. O sector de atividades de informação e de comunicação de igual modo apresentou valores de 25% para 2010 e 50% para 2011 referente a pensões e de 25% em assistência médica pós-emprego nos dois anos. Por último, os setores, administração pública e defesa; segurança social obrigatória, indicou valor de 100% de divulgação para o item assistência médica pós-emprego nos dois anos do estudo.

Após observação do mapa de índice de divulgação por setores de atividade no que respeita a **divulgação de outros benefícios a longo prazo**, podemos verificar que no setor de transportes e armazenagem foram divulgados os itens benefícios de invalidez e gratificações com 6% para os anos 2010 e 2011. No setor indústrias transformadoras as divulgações foram para os itens gratificações e participação nos lucros de 10% de igual

modo para os anos em estudo. Por último o setor da construção divulgou 14% para o item participação dos lucros também para os dois anos.

Divulgação de benefícios de cessação de emprego, vários setores de atividade divulgaram informação relativamente aos itens natureza do benefício; quantia das obrigações e nível de cobertura das responsabilidades à data do balanço, o setor que mostrou aumento da percentagem de divulgação foi transportes e armazém, e que divulgou valores para os três itens de 38% no ano 2010 para 56% no ano 2011. Os setores indústrias transformadoras diminuíram de 70% no ano 2010 para 60% no ano 2011 mas comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos de 100% para 50% diminuíram como é possível verificar a percentagem da divulgação da informação nos três itens referidos e para os anos 2010 e 2011. O setor captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição no ano 2010 não apresentou divulgação mas no ano 2011 teve o valor de 33% para os itens referidos. Os setores construção 29%, atividades de informação e de comunicação 50%, atividades financeiras e de seguros 50%, outras atividades de serviços 100% e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 100% divulgaram informação nos anos em estudo e nos itens referidos. Por último o setor administração pública e defesa; segurança social obrigatória, divulgou informação de 100% para os dois anos mas só para o item natureza do benefício.

Por ultimo no que respeita a **divulgação de benefícios de remuneração em capital próprio**, relativamente ao item benefícios em instrumentos financeiros de capital próprio o setor indústrias transformadoras divulgou a percentagem de 10% nos anos do estudo e o setor de atividades de informação e de comunicação divulgaram informação com um aumento de 25% no ano 2010 para 50% no ano 2011.

Com esta análise ao Quadro 5 do índice de divulgações exigidas pela NCRF 28 benefícios dos empregados por setores de atividade, referentes as 49 empresas que compõem a amostra, podemos resumir que os setores: transportes e armazenagem; indústrias transformadoras; construção; atividades de informação e de comunicação; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, aumentaram o índice de divulgações de informação de 2010 para 2011. Por outro lado o setor outras atividades de serviços apresentou resultados inferiores em 2011 do que em 2010 o que significa que reduziu o índice de divulgação. Finalmente, os

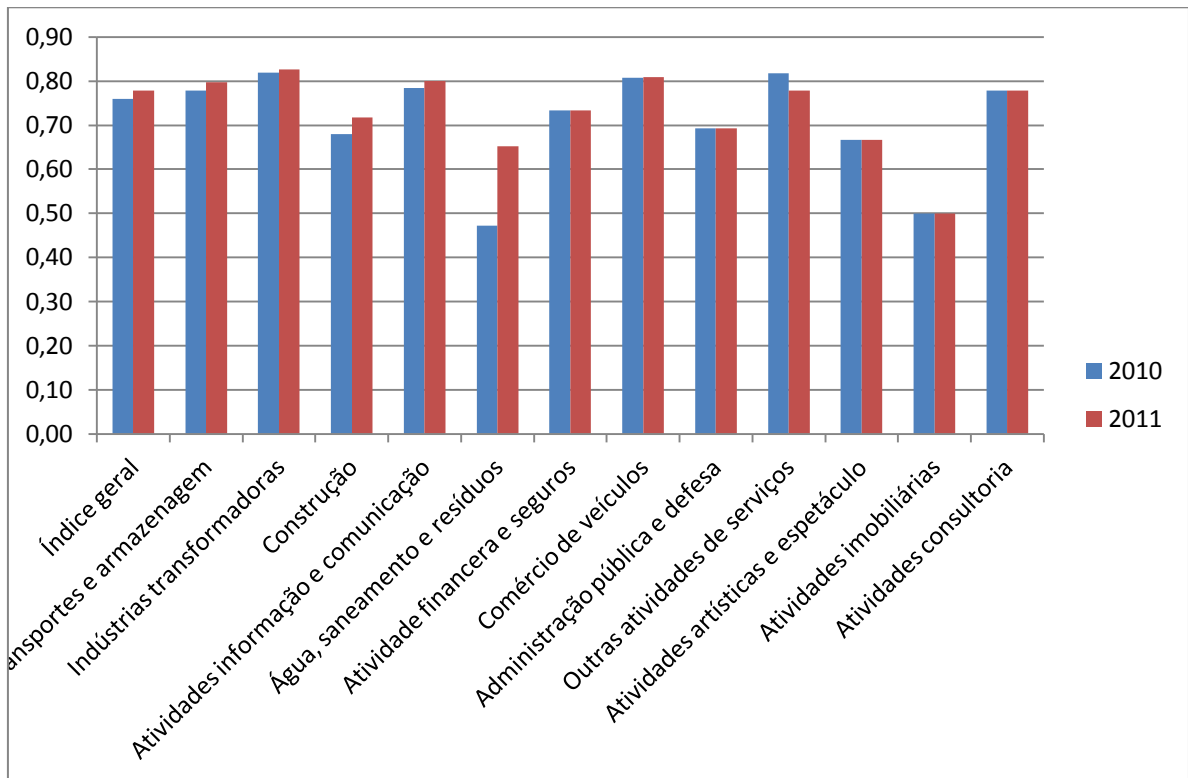
setores: atividades financeiras e de seguros; comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; administração pública e defesa, segurança social obrigatória; atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares mantiveram o seu índice de divulgação nos anos em estudo.

Podemos melhor observar esta nossa conclusão elaboramos o Quadro 6 e o Gráfico 2 constituído pelo índice de divulgação por sectores de atividade resultante do estudo elaborado as 49 empresas da amostra divididos pelos dois anos de estudo 2010 e 2011.

Quadro 6 – Índice geral de divulgação por sectores de atividade referente aos anos 2010 e 2011

	2010	2011
Índice geral	0,76	0,78
Transportes e armazenagem	0,78	0,80
Indústrias transformadoras	0,82	0,83
Construção	0,68	0,72
Atividades informação e comunicação	0,78	0,80
Água, saneamento e resíduos	0,47	0,65
Atividade financeira e seguros	0,73	0,73
Comércio de veículos	0,81	0,81
Administração pública e defesa	0,69	0,69
Outras atividades de serviços	0,82	0,78
Atividades artísticas e espetáculo	0,67	0,67
Atividades imobiliárias	0,50	0,50
Atividades consultoria	0,78	0,78

Gráfico 2 – Análise do índice de divulgação por setores de atividade



CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Com este estudo pretendeu-se analisar a evolução do índice de divulgação de informação financeira sobre os benefícios dos empregados concedidos pelas empresas que constituem a amostra no período de 2010 a 2011.

Desta forma, foi analisado o índice de informação divulgada por empresa, por categoria e por item de benefícios dos empregados e, ainda por setor de atividade, tendo por base as exigências de divulgação da NCRF 28.

Relativamente ao primeiro objetivo, cálculo do índice de divulgação dos benefícios dos empregados para um conjunto de empresas que compõem a amostra, podemos concluir que na categoria de divulgação de benefícios a curto prazo as empresas divulgaram 100% em praticamente todos os itens: salários, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários tanto para os empregados em geral como para o pessoal chave da gerência. Relativamente à divulgação de benefícios pós-emprego, foi possível constatar que relativamente à atribuição de planos complementares de reforma os mais adotados pelas empresas foram os planos de benefício definido, nos itens pensões e assistência média pós-emprego. A divulgação de informação relativamente a outros benefícios a longo prazo foi muito pouco significativa, refletindo-se mais no item gratificações com valores superiores em relação aos restantes itens. A categoria divulgação de benefícios de cessação de emprego teve valores significativos refletindo-se nas indemnizações pagas. Por último divulgação de benefícios de remuneração em capital próprio obteve baixos níveis de divulgação.

No que se refere ao segundo objetivo, cálculo do índice de divulgação por setor de atividade, podemos concluir que os setores com maior índice de divulgação foram os setores que incluíram mais empresas da amostra; transportes e armazenagem, indústrias transformadoras e construção.

Relativamente ao último objetivo, análise da evolução do índice de divulgação do ano de 2010 para 2011 para o total das empresas e para cada setor de atividade, podemos concluir que o índice de divulgação evoluiu nos anos em estudo e isso refletiu-se mais nos setores de atividade principais: transportes e armazenagem; indústrias

transformadoras e construção. Apesar de não ser uma variação muito significativa, denota uma maior preocupação desta temática no âmbito do relato financeiro e, portanto, a preocupação das empresas em cumprirem com o disposto na NCRF 28 relativamente aos benefícios dos empregados.

As limitações deste trabalho prendem-se com a dimensão da amostra uma vez que as empresas analisadas não representavam a realidade empresarial e alguns setores estudados eram constituídos só por uma empresa, logo os resultados obtidos não podem ser representativos de todas as empresas portuguesas, apesar da amostra selecionada ser constituída por empresas relevantes no contexto nacional dadas as suas características económicas.

Em futuras investigações, seria interessante aumentar a dimensão e a tipologia da amostra, com o objetivo de aumentar o número de empresas por setor de atividade e assim melhor perceber qual o impacto que os setores de atividade podem ter ao nível das divulgações sobre benefícios dos empregados.

Por outro lado, também seria recomendável aumentar o número de períodos económicos objeto de análise, de modo a ser possível analisar a evolução da divulgação de informação sobre os benefícios dos empregados em Portugal.

Também seria interessante analisar quais os fatores que mais contribuem para a divulgação de determinada informação em detrimento de outra informação.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, M., Leite, R., & Guerra, L. (2007). Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade Vol. 7.
- Beattie, V., & Thomson, S. (2007). Lifting the lid on the use of content analysis to investigate intellectual capital disclosures. *Accounting Forum*, 31(2), 129-163.
- Dias, A. (2009). O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal. Lisboa: Revista Científica da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas: Contabilidade e Gestão n.º 2, 111-149.
- Domingos, R. (2010). A evolução da divulgação voluntária da informação nas empresas cotadas da Euronext Lisbon do ano 2006 a 2008. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Duarte, M., Valério, P., & Leote, F. (2003). Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional. *Revista CTOC*, N.º 39, 33.
- Ferreira, A. (2011). A Divulgação de Informação Sobre Capital Intelectual em Portugal- Uma Análise Exploratória, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Figueiredo, S. (2012). A Evolução da Divulgação de Informação sobre os Benefícios dos Empregados: O caso das empresas do PSI 20 nos anos de 2007 a 2009. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
- Gomes, J., & Pires, J. (2010). SNC - Sistema de Normalização Contabilística - Teoria e Prática. Porto, Grupo Editorial Vida Económica.
- Graça, M. (2012). Divulgação do risco de mercado: um caso de empresas portuguesas. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Escola Superior de Ciências Empresariais.

- Guerreiro, M. (2006). Impacto da adoção das International Financial Reporting Standards: fatores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Revista Científica da Câmara dos Técnicos Oficiais de contas, Contabilidade e Gestão*, (3), 7-32.
- Hackston, D., & Milne, M. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), 77-108.
- Haniffa, R., & Cooke, T. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(5), 391-430.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Lemos, K., & Rodrigues, L. (2007). Divulgação de informação sobre operações com instrumentos derivados: evidência empírica no mercado de capitais português. *Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos*, (7), 149-188.
- Lopes, P., & Rodrigues, L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56.
- Morais, A. & Lourenço, I. (2005). *Aplicação das Normas do IASB em Portugal*, Lisboa Publisher Team.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação, Porto Alegre*, 22(37), 7-32.
- Oliveira, L., Rodrigues, L., & Craig, R. (2006). Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 10(1), 11-33.
- Pereira, H. (2010). *A divulgação de informação sobre planos de benefícios de reforma em Portugal e a sua relação com o endividamento: Uma análise do PSI geral*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

- Pinheiro, S. (2007). O impacto decorrente da adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro, caso da Sonae Industria, SGPS, S.A. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Universidade Fernando Pessoa Porto
- Reis, S. (2012). Divulgação voluntária de informações pelas empresas cotadas na Euronext Lisbon: uma comparação face à proposta do FASB. Dissertação de Mestrado de Contabilidade, Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Lima, L., & Guerreiro, M. (2004). A convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade. Lisboa: Publisher Team.
- Roque, V., & Cortez, M. (2006). A divulgação de informação ambiental e a performance financeira das empresas cotadas em Portugal. *Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos*, (5-6), 119-143.
- Ross, S. (1977). The determination of financial structure: the incentive-signalling approach. *The Bell Journal of Economics*, 23-40.
- Silva, A. (2012). Divulgação do risco: um caso de empresas do sector do retalho alimentar. Dissertação de Mestrado de Contabilidade, Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Soares, M., Aleixo, M., & Silva, S. (2011) A Divulgação da Informação Consolidada nas Empresas do PSI20.
- Tonetto, V., & Fregonesi, M. (2010). Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil Vol. 10.

Quadro 5 - Índice de divulgações exigidas pela NCRF 28 - Benefícios dos empregados por setores de atividade

	Transportes e armazenagem						Indústrias transformadoras						Construção					
	2010			2011			2010			2011			2010			2011		
	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D
Divulgação de benefícios a curto prazo																		
<i>gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - empregados no geral (NCRF 1)</i>																		
. salários e contribuições para a segurança social	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%
. ausências permitidas a curto prazo (licenças e baixas pagas por doença)	0%	3%	97%	0%	3%	97%	0%	22%	78%	0%	29%	71%	0%	0%	100%	0%	0%	100%
. participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço	100%	0%	0%	100%	0%	0%	84%	16%	0%	84%	16%	0%	77%	23%	0%	77%	23%	0%
. benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, etc)	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	69%	31%	0%	85%	15%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>																		
. salários e contribuições para a segurança social	19%	81%	0%	19%	81%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%
. ausências permitidas a curto prazo (licenças e baixas pagas por doença)	19%	0%	81%	19%	0%	81%	0%	22%	78%	0%	29%	71%	14%	0%	86%	14%	0%	86%
. participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço	100%	0%	0%	100%	0%	0%	84%	16%	0%	84%	16%	0%	77%	23%	0%	77%	23%	0%
. benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, etc)	19%	81%	0%	19%	81%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	15%	69%	15%	15%	85%	0%
Divulgação de benefícios pós-emprego																		
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - planos de contribuição definida para empregados no geral (NCRF 1)</i>																		
. pensões	100%	0%	0%	100%	0%	0%	80%	20%	0%	70%	30%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	80%	20%	0%	80%	20%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - planos de contribuição definida para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>																		
. pensões	100%	0%	0%	100%	0%	0%	80%	20%	0%	70%	30%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	80%	20%	0%	80%	20%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - benefícios definidos para empregados no geral (NCRF 1)</i>																		
. pensões	63%	38%	0%	56%	44%	0%	70%	30%	0%	70%	30%	0%	86%	14%	0%	86%	14%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	81%	19%	0%	75%	25%	0%	89%	11%	0%	89%	11%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - benefícios definidos para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>																		
. pensões	63%	38%	0%	56%	44%	0%	70%	30%	0%	70%	30%	0%	75%	25%	0%	75%	25%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	81%	19%	0%	75%	25%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de outros benefícios a longo prazo																		
<i>natureza do benefício:</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia das obrigações:</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>nível de cobertura das responsabilidades à data do balanço</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	86%	14%	0%	86%	14%	0%
<i>quantia de quaisquer ganhos ou perdas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>políticas contabilísticas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de benefícios de cessação de emprego																		
<i>natureza do benefício:</i>																		
. licenças	63%	38%	0%	44%	56%	0%	32%	68%	0%	42%	58%	0%	71%	29%	0%	71%	29%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia das obrigações:</i>																		
. licenças	67%	33%	0%	47%	53%	0%	30%	70%	0%	40%	60%	0%	71%	29%	0%	71%	29%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>nível de cobertura das responsabilidades à data do balanço</i>																		
. licenças	63%	38%	0%	44%	56%	0%	30%	70%	0%	40%	60%	0%	71%	29%	0%	71%	29%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia de quaisquer ganhos ou perdas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>políticas contabilísticas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	94%	6%	0%	94%	6%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	94%	6%	0%	94%	6%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>passivos contingentes de acordo com a NCRF 21</i>																		
. passivos contingentes de acordo com a NCRF 21	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de benefícios de remuneração em capital próprio																		
<i>benefícios em instrumentos financeiros de capital próprio</i>																		
. benefícios em instrumentos financeiros de capital próprio	100%	0%	0%	100%	0%	0%	90%	10%	0%	90%	10%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%

Quadro 5 - Índice de divulgações exigidas pela NCRF 28 - Benefícios dos empregados por setores de atividade (continuação)

	Atividades de informação e de comunicação						Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e poluição						Atividades financeiras e de seguros					
	2010			2011			2010			2011			2010			2011		
	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D	N/APL	D	N/D
Divulgação de benefícios a curto prazo																		
<i>gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - empregados no geral (NCRF 1)</i>																		
. salários e contribuições para a segurança social	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%
. ausências permitidas a curto prazo (licenças e baixas pagas por doença)	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	20%	80%	0%	20%	80%	0%	0%	100%	0%	0%	100%
. participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, etc)	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	60%	40%	0%	67%	33%	0%	100%	0%	0%	100%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a curto prazo - pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>																		
. salários e contribuições para a segurança social	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%
. ausências permitidas a curto prazo (licenças e baixas pagas por doença)	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	20%	80%	0%	20%	80%	0%	0%	100%	0%	0%	100%
. participações nos lucros e gratificações pagas até 12 meses após prestação do serviço	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, etc)	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	100%	0%	33%	67%	0%	100%	0%	0%	100%	0%
Divulgação de benefícios pós-emprego																		
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - planos de contribuição definida para empregados no geral (NCRF 1)</i>																		
. pensões	75%	25%	0%	75%	25%	0%	100%	0%	0%	67%	33%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - planos de contribuição definida para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>																		
. pensões	75%	25%	0%	75%	25%	0%	100%	0%	0%	67%	33%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - benefícios definidos para empregados no geral (NCRF 1)</i>																		
. pensões	75%	25%	0%	50%	50%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	75%	25%	0%	75%	25%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>gastos com os benefícios dos empregados a pós-emprego - benefícios definidos para pessoal-chave da gerência (NCRF 5)</i>																		
. pensões	75%	25%	0%	50%	50%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. outros benefícios de reforma	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. seguros de vida pós-emprego	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. assistência médica pós-emprego	75%	25%	0%	75%	25%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de outros benefícios a longo prazo																		
<i>natureza do benefício:</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia das obrigações:</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>nível de cobertura das responsabilidades à data do balanço</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia de quaisquer ganhos ou perdas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>políticas contabilísticas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de benefícios de cessação de emprego																		
<i>natureza do benefício:</i>																		
. licenças	50%	50%	0%	50%	50%	0%	100%	0%	0%	67%	33%	0%	50%	50%	0%	50%	50%	0%
. benefícios de invalidez	50%	50%	0%	50%	50%	0%	100%	0%	0%	67%	33%	0%	50%	50%	0%	50%	50%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>quantia de quaisquer ganhos ou perdas</i>																		
. licenças	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. benefícios de invalidez	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. gratificações	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
. participações nos lucros	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
<i>passivos contingentes de acordo com a NCRF 21</i>																		
. passivos contingentes de acordo com a NCRF 21	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Divulgação de benefícios de remuneração em capital próprio																		
. benefícios em instrumentos financeiros de capital próprio	75%	25%	0%	50%	50%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%

